



A DEMOCRACIA BRASILEIRA E A URGÊNCIA DA RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

BRAZILIAN DEMOCRACY AND THE URGENCY OF THE RELATIONSHIP BETWEEN SOCIAL SERVICE AND SOCIAL MOVEMENTS

Gustavo Gonçalves Fagundes¹
Juliana Vieira Menas²

Resumo

Para esta análise, leva-se em consideração o caráter dependente da formação capitalista da América Latina e suas expressões na contemporaneidade em especial, frente à conjuntura de retrocessos no âmbito da democracia brasileira. Há uma breve análise do contexto de avanço da agenda neoliberal no Brasil e também do recrudescimento dos mecanismos de coersão da democracia burguesa. Resgata-se brevemente a trajetória de construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro compreendendo os avanços do movimento de reconceituação do Serviço Social latino americano. Desenvolve-se a articulação da categoria profissional com os movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora enquanto elemento determinante tanto para o processo de construção do projeto ético-político profissional brasileiro quanto para a superação dos desafios impostos pelas contradições da totalidade histórica. Além disso, é feita uma reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento da formação profissional a partir do aprofundamento da relação entre a categoria e o conjunto dos movimentos sociais, principalmente frente aos limites impostos pelo atual estágio da democracia brasileira.

Palavras chaves: Serviço Social; Movimentos Sociais; Projeto ético-político.

1

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ.

² Bacharel em Serviço Social (2018) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Abstract

For this analysis, one takes into account the dependent nature of the capitalist formation of Latin America and its expressions in contemporary times, especially against the conjuncture of setbacks in the scope of Brazilian democracy. There is a brief analysis of the context of advancement of the neoliberal agenda in Brazil and also of the resurgence of the mechanisms of bourgeois democracy. We briefly review the construction of the professional project of the Brazilian Social Service comprising the advances of the reconceivation movement of the Latin American Social Service. The articulation of the professional category with the social movements linked to the working class is developed as a determining element both for the process of construction of the Brazilian professional ethical-political project and for overcoming the challenges imposed by the contradictions of the historical totality. In addition, a reflection on the possibilities of development of professional formation is made, based on the deepening of the relation between the category and the set of social movements, especially against the limits imposed by the current stage of Brazilian democracy.

Keywords: Social Service; social movements; Ethical-political project.

INTRODUÇÃO

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho compreendem uma reflexão acerca de parte da trajetória de aproximação do Serviço Social brasileiro com os movimentos sociais. Para isso, se dispõe a destrinchar um importante percurso que tem início na formação do capitalismo latino americano até os retrocessos na democracia brasileira na atualidade.

Em primeiro instante, é necessária a compreensão da dimensão dependente do desenvolvimento do capitalismo na região que conforma a América Latina. Esse aspecto tem fundamental importância, pois é a partir dessa estrutura que se desdobram fenômenos da atualidade. Questões candentes na sociedade que estão diretamente ligados aos séculos de colonização, a escravidão da população negra, a dizimação dos povos indígenas e a espoliação das riquezas aqui encontradas.

Os elementos estruturais deste caldo sócio-histórico tem suas expressões acirradas no quadro de configuração dos novos arranjos do mundo capitalista. A situação conjuntural aberta no Brasil, principalmente após a década de 90, ilustra esta situação com a desconstrução de direitos sociais a partir da ascensão prévia de um conjunto de diretivas neoliberais. O Serviço Social na América Latina tem seu

objeto de intervenção profissional situado nas contradições desta complexa estrutura sócio-histórica, bem como em suas expressões. Como parte da classe trabalhadora entretanto a atuação dos e das assistentes sociais neste contexto não está restrita à atuação profissional e esta não está isolada, mas imersa na dinâmica da luta de classes.

A era da acumulação flexível e das políticas de ajustes estatais neoliberais. Processos esses inerentes à mundialização operada sob o comando do grande capital, sobretudo o financeiro. É no interior desses processos que são desenvolvidos fortes ataques às classes subalternas, materializados nas regressividades dos contratos e das condições de trabalho e nas contrarreformas na esfera estatal que, no campo particular das políticas sociais, vêm assumindo contornos acentuadamente privatistas e focalizadores. Essa conjuntura é marcada, também, pela regressividade das organizações e das lutas dos trabalhadores, seja no campo sindical (no qual há hegemonia de um sindicalismo colaborador nos processos de 'gestão' da crise), seja no dos movimentos sociais (hegemonizado por ações defensivas e demandas corporativas e localistas). É nesse movimento da realidade que trataremos da relação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais. (Duriguetto, 2014, p.177-178)

O acirramento dessa conjuntura promove a necessidade do fortalecimento da relação do Serviço Social com as ações de organização popular. "Situamos a atuação profissional nos processos de mobilização e organização popular como uma possibilidade de a profissão contribuir para as organizações e lutas sociais e, portanto, como contribuição necessária para o fortalecimento do projeto profissional." (Duriguetto, 2014, p.184)

BREVE REFLEXÃO SOBRE O CURSO DESIGUAL E COMBINADO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA

Anterior à compreensão da relação entre os movimentos sociais e o Serviço Social, é necessário entender o funcionamento do sistema capitalista, a forma como se desenvolve e o que é necessário para que possa se movimentar. Além, é claro, da forma de dependência da estrutura desse modo de produção no conjunto da América Latina.

Fundamental, também, acrescentar a característica desigual e combinada de desenvolvimento do capitalismo. Uma categoria que se enquadra não só nos parâmetros econômicos, mas também culturais e sociais. Esta perspectiva traz a luz

a teoria de que a história não é uma sucessão de etapas. Seus acontecimentos não seguem um modelo evolucionista. A combinação de traços pré-capitalistas e capitalistas modernos só é evidenciada após esboçar uma visão dialética do desenvolvimento histórico. (LÖWI, 1998)

Uma importante reflexão sobre a natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista é feita pelo sociólogo Octavio Ianni:

Mas cabe lembrar que a economia e a sociedade, a produção e as condições de produção, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista reproduzem-se reciprocamente. O pauperismo não se produz do nada, mas da pauperização. O desemprego e o subemprego são manifestações do fluxos e refluxos dos ciclos dos negócios. A miséria, a pobreza e a ignorância, em geral, são ingredientes desses processos. [...] A análise atenta permite demonstrar que os progressos da economia tem raízes na pauperização relativa - e às vezes absoluta - de trabalhadores da cidade e do campo. Isto é, os "participantes" e os "excluídos" estão atados por relações, processos e estruturas que os reiteram continuamente, em distintas formas, diferentes regiões; em geral por intermédio de instrumentos e técnicas controladas pelos que mandam, ou seja, uma parcela dos "participantes". (IANNI, 1989, p. 150)

Como afirma MARINI (2017; p.47), "a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento capitalista mundial". O que se traduz na ideia de que a região se desenvolveu em consonância a dinâmica do capitalismo internacional. Junto a isso, Theotônio dos Santos afirma que as mudanças na divisão internacional do trabalho, na fase do capitalismo monopolista, conduzem os países dependentes:

- a) ao predomínio da grande empresa; b) à concentração econômica, sob o domínio da grande indústria, sobretudo, internacional; c) ao domínio monopolista do mercado; d) ao surgimento de uma camada gerencial que representa os interesses do grande capital; e) à organização sindical e política dos interesses do grande capital; f) ao controle da vida política e do Estado, mediante a adaptação a seus interesses. (Santos, 1971, p.201)

Como em todos os países da periferia do sistema internacional de Estados, a estrutura de classes foi desenvolvida em uma articulação que combinava dinâmicas sociais não capitalistas e a modernização. Devido a sua localização subalterna na divisão internacional do trabalho, as economias latinas sempre foram à outra face do moderno capitalismo avançado dos países centrais. No caso brasileiro, por exemplo, essa combinação produziu um país complexo, um híbrido.

O Brasil é profundamente atrasado em termos educacionais se comparados a países com o estágio econômico semelhante. Os plenamente alfabetizados na língua e em matemática representam 8%, enquanto os analfabetos funcionais correspondem a 27% da população com 15 anos ou mais². Porém, possui ao mesmo tempo o maior parque industrial do hemisfério sul, uma das dez maiores economias do mundo³ e mais de 85% da população economicamente ativa em centros urbanos. Representa um laboratório histórico do desenvolvimento desigual e combinado.

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. [...] A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num pólo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade. (MARINI, 2017. p.63)

A inserção do Brasil no mundo se divide entre híbrido de semi colônia privilegiada e submetrópole regional. Semicolônia por que é um país historicamente dependente da importação de capitais e tecnologia, além da subordinação da burguesia brasileira as imposições do grande capital internacional. E é submetrópole devido a magnitude da economia brasileira em relação aos vizinhos da América Latina.

A economia brasileira sempre se caracterizou por priorizar a exportações de bens primários e a balança comercial ser favorável somente nas relações com os vizinhos continentais.

Inclusive com uma burguesia com características distintas dos vizinhos regionais, como se pode ver com as taxas de acumulação de renda, “a porcentagem de participação de renda total do país do 1% mais rico foi maior no Brasil do que em qualquer outro país da América Latina, durante os anos 2000” (2015. p66)⁴ e de participação na expansão do capitalismo. Portanto, o centro de uma interpretação marxista do caso brasileiro é a sua extrema desigualdade social.

² Relatório “Alfabetismo e o Mundo do Trabalho”, produzido pela ONG Ação Educativa. <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/02/29/no-brasil- apenas-8-escapam-do-analfabetismo-funcional.htm> Acessado em 29 de maio de 2018.

³ Segundo pesquisa da PricewaterhouseCoopers (PWC, 2017, tradução nossa), o Brasil possui um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* no valor de US\$ 3.135, somente atrás de China, Estados Unidos, Índia, Japão, Alemanha e Rússia.

⁴ Tradução nossa <http://piketty.pse.ens.fr/files/MorganMila2015.pdf> Acessado em 29 de maio de 2018

OS RETROCESSOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE E O AVANÇO DA AGENDA NEOLIBERAL

O golpe parlamentar ocorrido no Brasil, no ano de 2016⁵, encontra paralelo com a deposição de Manuel Zelaya em Honduras, no ano de 2009 (FERNANDES, J., 2009), e a queda de Fernando Lugo no Paraguai, em 2012 (SIMÕES REIS, 2012), inserindo-se nesse conjunto de golpes de Estado ocorridos recentemente na América Latina.

Não tendo contas a prestar à população devido ao fato de não ter chegado ao poder por meio do voto popular e conseguir reunificar a elite brasileira em torno de um projeto econômico, é possível afirmar que Michel Temer foi elevado à posição de presidente com a função de impor um profundo pacote de austeridade. O conjunto de ações que compunham o ajuste fiscal se tornou a joia que o governo liderado por uma aliança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM) iria buscar implementar.

Dentre as emendas e projetos de lei que juntas constituíam as medidas do ajuste, a Proposta de Emenda à Constituição 55⁶ foi uma das primeiras e mais apressadas a ser levada a votação no Congresso Nacional. Logo em seguida, foi apelidada de “PEC do Teto”, em alusão à necessidade de reduzir os gastos do governo para garantir o equilíbrio fiscal para retomado do crescimento econômico.

⁵ A caracterização de toda essa movimentação como golpe parlamentar se dá a partir do conceito *golpe de estado* contido no Dicionário do Pensamento Social do Século XX: desafio a constituição legal; ação rápida e sigilosa executada por poucas pessoas; relação contraditória com as massas (BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. (Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1996. Foi orquestrada a utilização de um método que não ultrapassasse os limites da legalidade institucional, sem uso das Forças Armadas e com forte atuação dos meios de comunicação, principalmente na convocação da base social que serviu de sustentação. Portanto, o golpe interrompeu a legalidade democrática do país. Apesar da aparência jurídica, todo seu arcabouço teve um caráter meramente político.

⁶ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> Acessado em 29 de setembro de 2018

Após sua aprovação, a emenda à Constituição terá validade pelos próximos 20 exercícios financeiros e prevê basicamente a adoção de um novo regime fiscal. Em que o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social será congelado, a partir da manutenção do valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido somente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A educação que já sofria com cortes no investimento⁷ desde o primeiro ano do segundo mandato da presidente Dilma passou a enxergar um horizonte de cada vez maior dificuldade. Pois o congelamento dos investimentos irá frear verbas inclusive para o custeio das universidades federais, elemento esse que deixará em aberto a futuro do caráter público dos institutos federais de ensino superior.

Foi aberto um quadro político que favorecia a implementação de contrarreformas que propiciavam o agravamento da desigualdade social no país e de dependência econômica. Destacam-se a reforma trabalhista⁸, a transformação da política de preços da Petrobras⁹ e a reforma da previdência.¹⁰ “O avanço de interesses capitalistas em relação ao que antes era visto e disputado como direitos faz com que políticas como saúde e educação, dentre diversas outras se tornem nichos de alta lucratividade para a iniciativa privada”. (CRESS, 2013. p5)

O giro econômico do país em direção a completa efetivação de uma agenda diretamente vinculada ao neoliberalismo, sem mediações com as necessidades da população, traz a tona novamente debates sobre a extrema desigualdade presente no país.

Além disso, “foi alimentada uma repulsa por pobres, negros, sindicalistas, homossexuais, transexuais, haitianos e até mesmo por índios.” (DEMIER, 2016, p.

⁷ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/01/02/educacao-perde-r-105-bi-em-2015.htm> Acessado em 29 de setembro de 2018

⁸ O sociólogo Ruy Braga faz uma análise das alterações na legislação trabalhista do país https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/07/politica/1525717288_392959.html Acessado em 29 de setembro de 2018

⁹ <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-politica-de-precos-da-petrobras-em-xeque> Acessado em 29 de setembro de 2018

¹⁰ <http://blogjunho.com.br/contrarreforma-da-previdencia-essencial-para-quem/> Acessado em 29 de setembro de 2018

20) Esse elemento fez despertar o antes adormecido pensamento conservador na sociedade brasileira.

O cheiro de povo acirrou, claro, o ódio ao povo, o tradicional ódio de classe cultivado pelos estratos superiores brasileiros, e nada melhor que a figura de Lula, ou de uma mulher por ele feita presidente, para fazer verter para si todo esse sentimento (Idem)

Um capitalismo que persistiu com a escravidão negra até quase cessar o século XIX e a dizimação da população indígena deixaram uma herança histórica. Portanto, se a chave para entender a situação do país na atualidade é a profunda desigualdade, a chave de compreensão da desigualdade é o processo de formação social brasileira e as marcas que ainda persistem na contemporaneidade. Sobre a tarefa de compreender e intervir às nuances da processualidade sócio-histórica, Duriguetto (2014) aponta que para o Serviço Social Latino Americano:

Os processos de restauração do capital impactam regressivamente as condições que permitem a criação de mediações teórico-operativas do projeto profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Entretanto, a categoria profissional, há mais de três décadas, vem acumulando conhecimentos que nos capacitam a apreender a realidade para além do imediato, superando a naturalização das desigualdades sociais e as compreendendo em uma perspectiva histórica e de totalidade. Conhecimento que, também, indica-nos uma clara defesa dos interesses, necessidades e projetos societários das classes subalternas e de suas organizações e movimentos. (Duriguetto, 2014, p.192)

A URGÊNCIA DA ARTICULAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE AOS DESAFIOS DO CONTEXTO NEOLIBERAL

No ponto anterior, foram situados alguns elementos políticos, econômicos e sociais expressos na conjuntura brasileira aberta sobretudo a partir da década de 1990, como parte do desenvolvimento do capitalismo dependente latino americano. A partir desses elementos buscaremos compreender os desafios postos ao Serviço Social brasileiro e, de maneira mais ampla, à categoria profissional nos demais países da América Latina que disputam a hegemonia de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária - sem exploração de classe, etnia e gênero.

Contratações precarizadas, frágeis condições de trabalho, baixos salários, desregulamentação profissional, metas meramente quantitativas, são apenas alguns exemplos dos desafios postos à atuação profissional sob perspectiva emancipatória¹¹. Estas questões, apesar de acirradas pelo contexto neoliberal o antecede, pois são parte da apropriação do Estado segundo a lógica do capital e por isso não constituem uma novidade à categoria profissional. Ao examinarmos o movimento de reconceituação do serviço social latino americano¹², observamos que o processo do debate e organização da categoria profissional (a nível continental) sobre as raízes de tais desafios resultam em importantes avanços para a elaboração de proposições.

Desenvolvido entre 1965 e 1975 o movimento de reconceituação latino americano foi marcado por debates que explicitaram uma heterogeneidade nas concepções de sociedade, de teoria, bem como sobre a prática profissional. Tal debate avançou nos questionamentos quanto a efetividade e eficiência da atuação profissional frente às expressões da questão social e buscavam adequar a profissão às mudanças sociais realizadas ou em disputa. Dois aspectos constituem-se enquanto avanços às elaborações e aos confrontos teóricos: a aproximação da tradição marxista e articulação continental dos profissionais que reconheciam a urgência de fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina.

Estes dois elementos foram combinados ao contexto sociopolítico latino americano na década de 1960 - quando na emergência de atores sociopolíticos vinculados às classes subalternas, experiências históricas como da revolução cubana, entre outros - propiciaram o questionamento sobre a “funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento” (Netto, 2017, p.191) e a necessidade de ruptura ou atualização com o passado “tradicional” do Serviço Social.

¹¹ Referimo-nos aqui ao sentido defendido pelo Código de Ética do/a Assistente Social, Aprovado em 13 de Março de 1993, Brasil, o qual considera que há diferentes níveis de emancipação; que a emancipação sociopolítica não se confunde com a emancipação humana. (Marx, 1991)

¹² Ver mais em NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64** – 17 ed. – São Paulo: Cortez, 2015. / IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raúl de. (2011). **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** – 34 ed.- São Paulo: Cortez.

O movimento de reconceituação colidiu, entretanto com o avanço da perspectiva burguesa de modernização por vias ditatoriais que instaurou (de diferentes formas) ao longo do continente, uma dura repressão a qualquer alternativa democrática que apostasse nas vias reformista-democrática ou revolucionária, atingindo os espaços de organização continental da categoria profissional. Além do rebatimentos à articulação continental registrou diferentes formas de resistência, avanços e retrocessos no interior dos países latino americanos. Daremos destaque aqui - por fins metodológicos de análise - às expressões deste processo no Serviço Social Brasileiro.

De certo a experiência brasileira de construção do projeto profissional de direção contra hegemônica encontrou na ditadura empresarial militar profundos desafios - sobretudo no que tange à supressão das liberdades democráticas realizadas neste período e à disputa ideopolítica circunscrita no marco da modernização conservadora¹³. Entretanto, na medida em que a categoria profissional - em grande parte pelo acúmulo político realizado durante o movimento de reconceituação latino americano - em sintonia com as mobilizações dos trabalhadores e movimentos sociais, se insere nas lutas contra a ditadura e posteriormente na luta por reformas no período de redemocratização, encontra, ao mesmo tempo, um ambiente favorável ao redirecionamento de seus documentos fundadores “numa perspectiva de ruptura como o conservadorismo, o autoritarismo e o psicologismo que marcaram sua trajetória, e que estão presentes nos Códigos de Ética de 1946, 1965 e 1975”. (Bonetti, Vinagre, Sales, Gonelli, 2012)

Behring (2013, p.12) ressalta ainda que “tratou-se de estabelecer novas articulações na sociedade brasileira, decorrentes por sua vez um novo ethos, o de trabalhador assalariado, e que se situa numa perspectiva de solidariedade e organização de classe, da classe trabalhadora.” Além disso, IAMAMOTO; CARVALHO (2011, p. 103) afirmam “que o Serviço Social, no processo

¹³ Conforme ressalta Forti (2013, p.89) “O Serviço Social surge na década 30 do século passado e se institucionaliza alicerçado por um conjunto de saberes alinhados a parâmetros do pensamento conservador.... Surge como uma alternativa profissional capaz de contribuir para o processo de ampliação e consolidação das bases industriais no país, ... em prol da construção dos alicerces do poder burguês industrial em detrimento do poder da oligarquia agroexportadora brasileira....Emergiu como uma das estratégias para o controle, o disciplinamento e a reprodução da classe trabalhadora.”

de reprodução das relações sociais, não se situa unilateralmente como um mecanismo de apoio ao capital, podendo tornar-se um instrumento a serviço dos trabalhadores”. Portanto, a disputa das forças sociais reflete a articulação das classes e de suas frações na luta pelo poder e hegemonia.

A sintonia e articulação da categoria profissional aos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora durante este processo foi, portanto elemento chave para a construção do projeto ético-político profissional, bem como para a reformulação das diretrizes curriculares da formação do Assistente Social e na elaboração dos princípios e valores do Código de Ética Profissional (1993) enquanto documentos que expressam, normatizam e regulamentam os princípios deste projeto.

A Lei da Regulamentação da Profissão nº 8662/93 em seu artigo 4º inciso IX, expõe que cabe ao assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. (Brasil, 2011, p. 45)

Por sua vez, o Código de Ética do profissional de Serviço Social (1993) expõe, no 9º princípio fundamental, a importância da “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as”. (Brasil, 2011, p. 24) E no Art. 12 do mesmo documento, é exposto como direito profissional do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (Brasil, 2011, p.34)

Frente aos desafios políticos, econômicos e sociais postos ao conjunto da classe trabalhadora e, considerando o objeto de intervenção do Serviço Social as expressões da questão social, torna-se evidente a necessidade de formação de intelectuais organicamente vinculados ao projeto da emancipação humana para que seja possível não apenas identificar os desafios históricos, estruturais e conjunturais, mas também desenvolver a capacidade de criar proposições coletivas.

[...] apreender o movimento contraditório da prática profissional como atividade socialmente determinada pelas condições histórico-conjunturais,

reconhecendo, no entanto, que estas são mediatizadas pelas respostas dadas pela categoria – dentro dos limites estabelecidos pela própria realidade -, é condição básica para se apreender o perfil e as possibilidades do Serviço Social hoje, as novas perspectivas do espaço profissional (IAMAMOTO, 1994, p. 103)

Concluimos que assim como no processo de ruptura com o conservadorismo a relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais vinculados à classe trabalhadora significou o fortalecimento do processo de renovação contínua da profissão, ao assumir o compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora expresso nessa relação, também hoje reafirmar esta relação deve ser parte constituinte da resistência aos ataques à democracia e ao aprofundamento das desigualdades presentes no contexto latino americano.

AS DIMENSÕES DA RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

Recorremos a reflexão acerca da necessária relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais devido ao caráter central que esse tipo de manifestação deve possuir no atual estágio conjuntural do país. Compreendendo que se trata de de uma relação fundamental a nível tático e estratégico na luta de classes, em consonância com o projeto ético e político do Serviço Social brasileiro bem como com seus princípios e diretrizes expressas no Código de Ética profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão. Sendo tático ao explorar as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e na constante busca da superação dos desafios institucionais e conjunturais.

A partir das três dimensões da prática profissional da assistente social é possível realizar intervenções com um levantamento do arcabouço teórico metodológico - necessário à compreensão da realidade sobre a qual a atuação se insere -, reafirmar os princípios e diretrizes éticas e políticas presentes do projeto ético político da profissão - norteadores da intervenção - bem como as técnicas de intervenção do Serviço Social – necessárias à materialização da atuação em conjunto aos movimentos sociais.

Entretanto, tais estudos não conformariam tamanho avanço sem a conformidade com o Art. 5º Código de Ética do/a Assistente Social (1993): São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;”

Dessa forma, o compromisso histórico do Serviço Social com os movimentos sociais tem o objetivo de não só contribuir na luta por melhores condições de vida, trabalho e direitos humanos, como também contribui para a revitalização da sua práxis e seu compromisso ético-político. Com a função de auxiliar essa relação a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – criou em 2012 os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)¹⁴ em: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho; Movimentos Sociais e Serviço Social Profissional; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Classe Social; Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social; Ética, Direitos e Serviço Social. Esses que são espaços que congregam pesquisadores, docentes, profissionais e estudantes que vem produzindo e elaborando diversos estudos.

E nesse sentido torna-se essencial a disseminação dos elementos históricos constitutivos do Serviço Social, principalmente no sentido de explorar a importância do Projeto Ético-Político. Manter vivos os laços que marcam a relação da profissão com os movimentos sociais, a partir de uma trajetória de lutas, conquistas e resistências. Estando elas inseridas em um contexto de agudização da luta de classes.

Do ponto de vista de sua inserção no processo político, enfatizou-se uma nova qualidade de conflitos de classe, na medida em que as reivindicações já não se dirigiam ao Estado, mas contra o Estado. Os movimentos sociais urbanos teriam, assim, um conteúdo transformador, que se materializaria na unificação de seu discurso crítico. (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 335)

As lutas sociais a partir dos movimentos contribuíram para reelaboração dos conceitos do direito ao trabalho (emprego, carga horária, condições de trabalho), de

¹⁴ Ver mais em <http://www.abepps.org.br/gtps.html>

vida, propriedade, moradia etc. O conjunto de mobilização ao longo da história rompem com o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública.

Os avanços concretos presente nessa relação não a exime das contradições, desafios e limitações impostas pelo contexto na qual está inserida. As expressões viscerais da questão social presentes nos territórios impõe a urgência da organização, mobilização e das lutas dos trabalhadores. Por outro lado, a focalização, seletividade e mercantilização de políticas públicas – sobretudo sociais – somada a repressão por parte do Estado nos territórios, acabam por minar algumas condições mínimas de articulação.

Seja na precarização das condições de trabalho dos e das profissionais da educação superior pública, na ausência de uma política de assistência estudantil que permita à todos os estudantes acessar não apenas o ensino mas à pesquisa e à extensão, ou em tantas outras expressões, os ataques à realização de uma educação superior pública de qualidade implica em limitações à realização dos projetos de extensão e pesquisa que busquem essa articulação..

As péssimas condições de trabalho dos profissionais não se restringem ao âmbito da educação superior pública sendo identificado em toda a rede socioassistencial, assim o sucateamento das instituições públicas impõem uma série de restrições. Sendo assim, se torna prioritária a necessidade de busca da perspectiva de unidade, de uma práxis política coletiva e articulada, que norteie à construção de um novo projeto societário com o pluralismo sócio-organizativo e político-cultural das classes subalternas. É a partir desse parâmetro que se deve dotar as lutas sociais de uma orientação teórica e ético-política que anseie à totalidade social, que tenha como horizonte romper com o caráter de parcialidade e corporativismo das suas reivindicações.

Neste sentido, compreendendo o Serviço Social inserido na divisão sócio técnica do trabalho destacamos que:

A opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária é antes de tudo uma opção forjada coletivamente no interior da nossa profissão, mas que de modo algum representa uma vontade que lhe seja exclusiva. Daí a necessidade de

articulação com outros sujeitos profissionais e sociais para a realização de uma práxis efetivamente emancipatória, reconhecendo que o protagonismo dessa construção não se dá no campo de qualquer profissão. (Almeida, 2013, p.100)

CONCLUSÃO

Concluimos que a década de 1990 abre um duro quadro para os trabalhadores e suas organizações com processos de desorganização, precarização do trabalho, dessindicalização, aprofundamento das desigualdades sociais e duros ataques à democracia. Vimos que não se trata de uma situação restrita ao contexto latino americano, mas possui particularidades e agravamentos relacionados à estrutura capitalista dependente historicamente construída.

Inserido na divisão sócio técnica do trabalho, o Serviço Social não está isento desta realidade. Assim, a fim de seguir no curso processual de avanço de dimensão ídeo política que a categoria tem realizado a nível continental desde o movimento de reconceituação latino americano, torna-se necessário refletir sobre as possibilidades de enfrentamento à subtração da dimensão intelectual nas intervenções profissionais.

Ao longo do presente trabalho, defendemos o fomento das intervenções profissionais nos processos de mobilização e organização popular como uma das possibilidades concretas e fundamentais para a realização deste enfrentamento. Conforme Duriguetto, compreendemos que:

Essa apreensão pode abrir novos horizontes para o exercício profissional, no sentido de favorecer que nossas ações não se pautem pelo fornecimento de informações que levem à simples adesão dos sujeitos aos programas e projetos institucionais, à individualização do acesso a serviços e políticos que reforçam a perspectiva de subalternização e do apassivamento. Mas ao contrário: pode nos abrir a possibilidade interventiva de trabalhar nos sujeitos a busca da construção de estratégias coletivas para o encaminhamento de suas necessidades. Isso demanda, por exemplo, estimulá-los à participação quando inexistem; desenvolver ações de mobilização e organização popular nos espaços em que atuamos pela visibilização da participação dos sujeitos no processo de elaboração e avaliação das políticas e dos serviços que operamos.” (Duriguetto, 2014, p. 189)

Portanto, diante dos novos enclaves proporcionados pela luta de classes no século XXI, é essencial a constante renovação das distintas formatações da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (2013). Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. In: Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro: CRESS.

BEHRING, Elaine Rossetti. (2013). Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. In: Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro: CRESS.

BONETTI, Dilséia, VINAGRE, Marlise, SALES, Mione & GONELLI, Valéria M.M. (2012). Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo, Cortez.
BOULOS, Guilherme Castro. (2012). Por que ocupamos?. Editora Tecci, Câmara Brasileira do Livro, São Paulo.

BRASIL. (2011). Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social.

CRESS. (2013). Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro.

DEMIER, Felipe. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. In: A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil; organização Felipe Demier, Rejane Hoeveler. 1. ed. - Rio de Janeiro. Mauad. 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. (2014). Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil após-anos 1990: desafios e perspectivas. In: Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária/ ABRAMIDES, Maria Beatriz, DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). São Paulo: Cortez.

FERNANDES, J. S. (2009). *A crise que configura cenário em Honduras*. CONJUNTURA INTERNACIONAL (BELO HORIZONTE. ONLINE), v.6.

FORTI, Valéria. (2013). Considerações sobre o sétimo princípio fundamental do Código de Ética dos Assistentes Sociais: o pluralismo em debate. In: Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro: CRESS.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raúl de. (2011). Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica – 34 ed.- São Paulo: Cortez. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. . 2 ed. São Paulo. Cortez. 1994.

IANNI, Octavio. A questão social. In. Revista USP. São Paulo. 1989.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Outubro, n. 1, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. 6. ed. Florianópolis. Insular. 2017.

MARX, Karl. (1991). A questão judaica. São Paulo: Moraes.

MONTAÑO, Carlos & DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e movimento social. 3 ed. São Paulo. Cortez. 2011.

NETTO, José Paulo. (2015). Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 – 17 ed. – São Paulo: Cortez.

SANTOS, Theotônio dos. (1971). O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: PEREIRA, Luiz (org.). Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar.

SIMÕES REIS, G. (2012). Um conto paraguaio: o golpe de Estado do lobo com pele de cordeiro. In: Breviário de Filosofia Pública, nº68.